

Eixo 2 - Políticas de educação o básica e de formação e gestão escolar

A IGREJA E O PODER PÚBLICO NAS POLITICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO RIO GRANDE DO NORTE: UMA PARCERIA DE SUCESSO – CAICÓ/RN- 1920.

Alexandre Remo Miranda de Araújo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Alexandrereino@gmail.com (CAPES/CNPQ)

Deyse Karla de Oliveira Martins

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

dkomartins@gmail.com

Profª. Drª. Marlúcia de Menezes Paiva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

mmarlupaiva@gmail.com

RESUMO

Este trabalho é parte de um estudo que analisa a relação entre Igreja e Estado no âmbito das políticas de educação básica em Caicó/RN na década de 1920. Buscou-se compreender as implicações políticas presentes nos meandros das relações de poder que vigoravam naquele momento histórico da cidade. Assim, foi preciso estudar a conjuntura política da educação brasileira para melhor entendê-la. Realizamos uma pesquisa nos arquivos, buscando leis e decretos publicados na imprensa oficial. Dessa forma, como resultados da pesquisa, localizamos documentos raros que demonstram de maneira conclusiva uma política voltada a atender interesses distantes dos voltados à educação.

Palavras-chave: Educação; Igreja; Política Educacional.

O presente trabalho é parte integrante de uma pesquisa mais ampla que vem sendo desenvolvida no contexto educacional dos anos de 1920 na cidade de Caicó/RN. Neste sentido, compreendemos que a educação sempre foi um instrumento social capaz de libertar ou de aprisionar as mentes das pessoas em seu convívio na sociedade. Portanto, compreender as intenções que estão por traz das ações sempre foi um desafio quando tentamos contemplar a dinâmica que consolida os interesses implícitos e explícitos presentes em cada lei ou decreto que constitui uma política pública na seara educacional.

Vale salientar que na trajetória das primeiras ações implementadas pelos estados, foi predominante a tendência de respaldar a cultura europeia, distanciada da realidade brasileira, pós Reforma pombalina percebe-se claramente que a Corte que aqui chegou buscava formar e reforçar uma identidade respaldada no cotidiano da antiga capital do império português.

Assim foram sendo trazidas novas idéias e junto com elas políticas que buscavam consolidar anseios de modernização, acarretando costumeiras práticas que estavam em pleno desenvolvimento no antigo continente. Nesse percurso muitos foram os esforços para ampliar e aplicar os conceitos de uma educação capaz de suprir as necessidades de uma pequena burguesia em ascensão nas mais distintas regiões do Brasil. Por exemplo, em São Paulo, Nagle (1976. P. 12) descreve que:

O crescimento industrial é limitado pela falta de capitais suficientes para desenvolver a indústria, pelas facilidades de importação e pelo precário dinamismo do mercado interno. Desta forma, o domínio oligárquico assegura o fortalecimento econômico do grupo ligado ao café, principal produto da época, através da política de valorização do café. A política de valorização do café transforma-se no principal domínio da burguesia sobre toda a máquina do Estado.

Nos demais estados o panorama era diferente. O Brasil, neste período, era um país eminentemente agrário, ligado à produção de café, cana de açúcar e outras lavouras de menor porte, com dificuldades para investir e desenvolver o setor industrial, além disso, com o início da industrialização no país, uma nova dinâmica social surge, exigindo que as pessoas desenvolvam conhecimentos específicos para atuarem nas fábricas e, conseqüentemente, uma mudança no sistema educacional do nosso país.

Isso exigiu um esforço que vai além das simples ações políticas, pois, principalmente, desencadeavam os interesses pessoais e de segmentos econômicos que buscavam contemplar suas necessidades de crescimento através da qualificação de parte da sociedade, ou seja, as oligarquias agrárias que se estabeleceram ao longo dos anos no poder em seus estados.

Nessa perspectiva, as políticas voltadas à educação eram consideradas como reflexo de uma República que transpirava democracia, porém, segundo aponta Holanda (1995, p.160):

[...]o processo democrático brasileiro vem ser um mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas.

Buscamos, portanto, trazer para o foco de nosso trabalho um olhar crítico sobre os desdobramentos de uma política pública voltada para ampliação de uma rede de escolas e grupos escolares em especial a relação estabelecida entre Igreja e Estado na cidade de Caicó/RN na década de 1920.

Em linhas gerais, podemos observar que durante o período citado ocorreu uma vasta ação em publicações oficiais, que consolidaram políticas educativas anteriores, quando identificamos a criação de modelos, que são respaldados pela inspeção escolar, que divulga, detalhadamente, os pré-requisitos mínimos para que as escolas pudessem funcionar, trazendo como destaque as orientações higienistas, que nos anos de 1920 orientavam os trabalhos escolares na Europa e fortemente influenciavam a conduta educativa brasileira.

Neste aspecto, as escolas confessionais, assim como as demais, estavam sujeitas ao crivo implacável da inspeção escolar, que buscava dentro de suas estratégias implantar uma cultura higienista capaz de desenvolver aspectos de segurança no trato com o corpo e, por conseguinte, nas relações sociais estabelecidas pelos indivíduos que faziam parte do espaço escolar. Por outro lado, estavam claras as questões voltadas aos comportamentos e hábitos que vinham sendo incorporados às novas gerações, criando uma nova imagem do cidadão coerente com o ideário republicano, porém tolhido de sua espontaneidade, já que o controle do comportamento higiênico reverberava de maneira eficiente nas relações estabelecidas fora dos ambientes escolares.

A cidade de Caicó/RN passou por profundas transformações nas mais diferentes áreas, a ponto de sua elite socioeconômica buscar acompanhar as modernas vertentes educacionais explicitando ao seu governador, e também conterrâneo, José Augusto Bezerra de Medeiros o interesse de um espaço escolar capaz de representar tudo aquilo que era considerado adequado para uma formação refinada, e também condizente com os anseios de uma camada política que surgia oriunda do modelo econômico pujante que aflorava no sertão potiguar em 1925.

Assim, começaram as interlocuções entre o poder público, de fato resumida na figura política do governador e do prefeito daquela época, que junto ao pároco buscaram viabilizar, dentro da legislação existente, condições de incentivar a chegada de uma ordem religiosa capaz de fundar uma escola de cunho confessional.

Segundo de Padre Eymard L'E Monteiro, no livro Caicó: subsídios para a história completa do Município foi convidado primeiramente uma ordem de frades para consolidar esse interesse, porém, por um motivo desconhecido, esse pedido não foi consolidado. No início de 1925, o então governador José Augusto Bezerra de Medeiros entrou em contato com a Ordem das Filhas do Amor Divino (FDC), uma vez que essa Ordem já haviam fundado algumas escolas no Rio Grande do Sul. Além do mais, existem rumores que a esposa do Governador José Augusto haveria tomado conhecimento das

atividades dessa congregação, em decorrência de sua origem ser também gaúcha, e teria influenciado nessa decisão.

De acordo com os documentos analisados nesta pesquisa no início do desenvolvimento das atividades educativas no Colégio Santa Terezinha foram matriculados apenas meninas, sendo os primeiros professores as próprias freiras e mais quatro professores da própria região contratados para ajudar na estruturação das disciplinas escolares ficando a cargo das freiras as disciplinas de latim, alemão e francês.

No decorrer dos anos o ensino que antes era exclusivamente voltado ao gênero feminino passou a ser ministrado de forma mista a ponto de aos poucos surgir novas necessidades na inovação curricular, pois agora surge a necessidade de um ensino voltado à profissionalização dos alunos e alunas. Assim, aparecem como inovação curricular, aulas de contabilidade e datilografia para compor um conhecimento voltado aos postos de trabalho do comércio. Em 1939, também é implantado o curso comercial.

Porém as atividades iniciadas anteriormente mantinham-se, pois eram voltadas para a formação integral dos alunos, como era o caso do ensino de canto, do bordado, da pintura e das atividades voltadas as prendas domésticas. Desde o início dos trabalhos do Colégio Santa Terezinha as moças formadas nele, eram consideradas capazes de assumir responsabilidades de ordem social no que se tratava da administração de eventos voltados à recepção de autoridades e gestão de suas empregadas em suas casas e fazendas.

Nesse momento, notamos que o trabalho escolar ganhava contornos muito específicos na tentativa de criar uma gama de condutas sociais que contribuía para uma cultura escolar voltada a conceitos característicos de comportamento e práticas comuns à sociedade vigente.

Na busca do aperfeiçoamento de suas ações perante o campo da educação, o Governador José Augusto publica, em 10 de março de 1925, um ato que aprova o regimento interno do Conselho Estadual de Educação momento em que este seria, por alguns anos, referência no que se refere às competências e deliberações a serem tomadas por seus membros auxiliando a política educacional em vigor.

No Decreto Lei nº 526, de 5 de Dezembro de 1924, foi publicado a lei que institui o subvencionamento de escolas particulares no estado, primária secundária e profissionais, que reunissem no mínimo trinta alunos matriculados e cuja frequência mínima fosse de vinte alunos . Com esse decreto o governo buscava contemplar de maneira satisfatória instituições que estavam instaladas nos centros urbanos, mas dinamizadas por particulares, atendendo em parte uma demanda que surgia.

Apesar de terem sido publicados várias ações de incentivo para criação de novos espaços escolares, foi apenas em 1927 que é oficialmente publicado o decreto que passa a subvencionar o ensino no colégio Santa Terezinha do Menino Jesus, agindo de maneira retroativa às ações já desempenhadas pela instituição. Assim, o Decreto nº 323, de 22 de março de 1927, vem a ser o marco oficial do início desse relacionamento entre a congregação das filhas do amor divino e o poder político e econômico da cidade de Caicó.

Dentre as várias ações importantes para o campo da educação registramos o Decreto nº 463, de 24 de Janeiro de 1930, que implantou a reforma ortográfica nos estabelecimentos públicos de ensino e nas escolas subvencionadas. Um marco para a busca de uma identidade própria de uma nação expressa em sua língua, que passava por processo de adequação às várias nuances étnicas presentes no povo brasileiro, em especial os grupos que transitavam pelo estado do Rio Grande do Norte.

Durante esse período, constatamos no jornal *O seridoense*, em crônicas e notas, que havia inquietações e uma forte expectativa nos representantes políticos da cidade, que ocorresse modificações na cidade, no sentido de aquisição de hábitos e práticas educativas próprias do mundo moderno, uma vez que alguns elementos considerados sinais dessa modernidade começavam a se estabelecer no cotidiano da cidade, como era o caso do uso de equipamentos movidos a energia elétrica, fornecidos pela Companhia de Força e Luz, recém criada, que permitia a chegada e uso do rádio, além de um aspecto maior de civilidade com a iluminação pública e a ocorrência de diversos eventos sociais, sendo eles profanos ou sagrados.

Vale observar que apesar de ocorrer um incentivo logístico para o estabelecimento e surgimento do colégio, o seu acesso era condicionado a cobrança de mensalidades a boa parcela de seus alunos, tendo outra parcela mais pobre que buscar condições de acesso através de subvenções públicas, para obtenção de algumas vagas, sendo estas direcionadas não para os mais pobres, mas para aqueles que tinham uma relação íntima com o poder político vigente.

Nessa conjuntura social vão surgindo diversas outras escolas que buscam contemplar, em sua grande maioria, a parte abastada da sociedade, tendo em algum momento alguns casos de concessão de bolsas de estudo para aqueles cujas famílias não conseguiriam propiciar condições de estudo, uma vez que suas condições econômicas eram precárias e a aquisição de material, fardamento e higiene transcendiam o seu poder de aquisição, inviabilizado um acesso tranquilo aos bens intelectuais.

Podemos constatar através de fotografias que apesar de haver um forte incentivo público para o surgimento de outras instituições de cunho confessional, percebemos que, em Caicó/RN, o Colégio de Santa Terezinha do Menino Jesus foi, por alguns anos, o único espaço escolar confessional daquela região.

Acreditamos que a grande proximidade entre os representantes políticos e a cúpula religiosa local contribuiu para que a Ordem das Filhas do Amor Divino fosse de certa forma agraciada com a atenção mais cuidadosa pela comunidade política local, uma vez que ela correspondia plenamente aos requisitos elencados pelas elites locais, mesmo antes de sua chegada.

No que tange às reformas educacionais implantadas durante os anos de 1925 a 1926, percebemos que foi um momento de plenitude para a expansão de conceitos positivistas, liberais, nas dependências dessa instituição, muito embora outras escolas distantes da formação religiosa também estivessem em busca de reproduzir os mesmos componentes curriculares e as mesmas orientações. Esse aspecto é evidente, pois no âmbito do ensino fundamental essas escolas estavam submetidas a regulação dos Departamentos de Educação dos Estados, pois, como havia sido estabelecido em 1891 a descentralização do ensino na Constituição Federal, caberia à União a responsabilidade da educação do ensino superior, criando e controlando cursos de educação superior, ficando para os estados a responsabilidades de legislar sobre a educação primária. Conforme nos apresenta Lima (1969):

Durante os períodos subseqüentes, até meados dos anos 1920, estabeleceram-se duas constituições, uma em 1824 e outra em 1891. Com a independência do país, conquistada em 1822, esboçaram-se algumas mudanças no panorama político e social. No que concerne à educação, a Constituição de 1824 firmava como compromisso do Império assegurar instrução primária e gratuita a todos os cidadãos; isso foi confirmado em 1827, pela lei de 15 de outubro, que previa a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e vilarejos. Entretanto, a promulgação do ato adicional de 1834, que delegou às províncias a prerrogativa de legislar sobre a educação primária, fez com que o governo central se afastasse da responsabilidade de assegurar educação elementar para todos.

Essa forma de pensar a educação durante muitos anos privilegiou uma casta que representava a elite econômica, em detrimento das camadas mais pobres, majoritárias, espelhando uma sociedade desigual, embora o processo capitalista ainda estivesse começando a aflorar em decorrência da tardia industrialização que o Brasil teve.

Nesse aspecto, podemos observar que as políticas educacionais da época foram elaboradas para atender as necessidades apenas de um segmento da sociedade. Em decorrência disso, muitos dos grupos escolares e colégios que iam surgindo buscavam de alguma forma contemplar os anseios dos que buscavam nestes espaços educativos um lugar de reconhecimento, no qual estaria implícito a aquisição de conhecimentos, dos conteúdos apresentados nas diversas etapas da escolarização.

Por outro lado, as escolas confessionais estavam em busca de consolidar uma aproximação não apenas por um mero interesse em propiciar uma educação clássica de qualidade, mas também, imprimir nas mentes e almas conceitos religiosos, dogmáticos, capazes de fazer frente às diversas manifestações de um ensino laico que iniciara seus primeiros passos com a República e que encaminhava para desacreditar a cultura do *divino e correto*.

Apesar de uma ação política voltada para contemplar uma educação qualificada, para as elites, percebemos que no âmbito do profissional de educação surgem em muitas cidades do Brasil e em especial em Caicó/RN a Associação Brasileira de educação (ABE), que buscava se organizar e criar condições para que o professor pudesse lutar por condições de trabalho mais favoráveis e maior liberdade de ensino, com a introdução do ensino laico de bases republicanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pudemos observar, as tentativas de implantação de uma educação moderna no Colégio Santa Terezinha se caracterizou como sendo uma educação voltada para atender os anseios da *modernidade* e do processo civilizatório, e se preocupa em dar uma educação integral que atenda às necessidades de formação intelectual, física, moral, seguindo preceitos religiosos através da adequação de técnicas pedagógicas adequados à época.

Observamos que esse discurso recebeu forte influência do discurso pedagógico do educador norte-rio-grandense, Nestor dos Santos Lima, especialmente quando trata de uma visão pedagógico-educacional, nos quais os alunos são sujeitos sócio-históricos, agentes ativos no processo de formação, que interagem com o contexto local, permitindo que a partir dos conhecimentos adquiridos no espaço escolar produzam saberes capazes de modificar, ou amenizar, a sua realidade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, **Constituição de 1988**. São Paulo: Rideel, 1999.
BRZEZINSKI, Iria. (org). **LDB interpretada**: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 1997.

FÁVERO, Osmar(org). **A educação nas Constituintes Brasileiras 1823 – 1988** . São Paulo: Autores Associados, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998.

GHIRALDELLI, Júnior Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIMA, Nestor dos Santos. 1969
<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0293.html> Acessado em
09/04/2013

MONTEIRO, Pe. Eymard L'E. **Caicó**: subsídios para a história completa do município. Natal: Sebo Vermelho Edições. Edição Fac-similar, 2012.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU/ MEC, 1976.